



UNIRIO

CADERNO DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Editores-Chefes:

Profa. Dra. Claudia Tannus Gurgel do Amaral

Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

ISSN a Obter

<http://www.seer.unirio.br/index.php/cdpp/>

A VOZ DOS EXCLUÍDOS: RELATOS DE HISTÓRIAS NÃO CONTADAS

Mônica Thaís Souza Ribeiro¹

Resumo: O presente artigo apresenta a narrativa de violência e a opressão política sofrida pelos atingidos pela barragem de Três Marias. Restaram marcas internas, das quais sucumbiram identidades, histórias de vida, instauradas na forma do medo e insegurança. Ficaram indelévels as marcas da incerteza sobre a legitimidade de potencial social enquanto força coletiva formada pelos grupos que buscam direitos. A possibilidade de lutar e a crença na força existente nesse movimento é violada em processos de autocracia. A autoestima e a confiança de um povo não é elaborada por si mesma, mas por todo trajeto histórico perpassado e o reconhecimento de seus direitos. O percurso metodológico foi realizado através de entrevistas semiestruturadas, aprovadas pelo Comitê de Ética – CEP, e como resultado, foram diagnosticados símbolos e registros de marginalização, alienação e invisibilidade, perpetuados na sucessão dos anos.

Palavras-chave: narrativas; vocalização; barragem; impactos socioambientais; marginal;

Abstract: This article presents the narrative of violence and the political oppression suffered by those affected by the Três Marias dam. There remained internal marks, from which identities, life stories, succumbed to fear and insecurity. The marks of uncertainty about the legitimacy of social potential have remained indelible as a collective force formed by groups seeking rights. The possibility of fighting and the belief in the existing force in this movement is violated in autocracy processes. The self-esteem and trust of a people is not elaborated by itself, but by all the historical path taken and the recognition of their rights. The methodological course was conducted through semi-structured interviews approved by the Ethics Committee - CEP, and as a result, were diagnosed symbols and records of marginalization, alienation and invisibility, perpetuated in the succession of the years.

Keywords: narratives; vocalization; dam; social and environmental impacts; marginal;

Introdução.

As narrativas apresentam-se como ferramenta de resgate e reparo histórico, no sentido de dar voz aos excluídos. A perspectiva dos direitos humanos, surge a partir das narrativas das lutas sociais que ensejaram as proposições pelas liberdades humanas (GALLARDO, 2010, p. 56). Representatividade, vocalização e impactos em decisões políticas fazem parte de processos de consulta, legitimidade de apropriação territorial situada. Pensar que a maior obra construída na esfera local foi a grande derrota narrada, incutiu a crença de que direito e política não lhes

¹ Mestra em Direito e Políticas Públicas pelo UniCEUB

pertencem. No discurso situado o Estado não existe para proteger e servir, mas o contrário, num processo contínuo de rompimento com o ideal de cidadania.

Trata-se essencialmente de uma validação constitucional de diferentes cosmovisões e juridicidades para fazer frente à insuficiência do direito estatal, marcado, ainda hoje, pela baixa participação popular em sua construção e interpretação” (RANGEL, 2013, p.129-163).

Especificidades da legislação devem servir para garantir direitos e não para negá-los, à medida que surgem novas demandas apresentadas posteriores à criação dos textos. Para evitar a desestruturação social, familiar e individual, critérios de elegibilidade das garantias devem ser interpretados de maneira ampla para alcançar grupos heterogêneos, invisibilizados em suas carências, aqui especificadas no rompimento causado pelo deslocamento forçado, a perda de terras, de recursos econômicos e alimentares, das fontes de ocupação, alterando todas as suas formas de sociabilidade.

Os registros de uma nova forma de sobreviver representam as marcas profundas na história da comunidade moradense. O medo causado pela opressão e violência do processo truculento e irremediável. A clareza dos relatos identifica o distanciamento entre o alcance do direito vigente e as demandas dos habitantes marginalizados em suas escolhas e possibilidades.

A separação dos familiares, a desconstrução de sonhos, das plantações nas terras tomadas à força são alguns dos motivos pelos quais justifica-se reescrever os fatos. Múltiplas narrativas servem de fonte fidedigna e contra majoritária. O discurso homogêneo dos registros oficiais não alcança a realidade, não se propuseram a ouvir ou citar as pessoas e por isso, tornam-se parte da opressão, do apagamento cultural e histórico.

As marcas são deixadas no processo de formação dos referentes culturais e como a estrutura se materializa ao longo do tempo, na identificação das figuras locais, dos acontecimentos celebrados e as estratégias de rivalidades criadas para alimentar o processo de disputa. O grau de interiorização dos símbolos da identidade local vai marcar a autoestima e o processo de transformação identitária que a cidade revela a partir dos elementos que são esquecidos ou notabilizados (FORTUNA, 2002, p.19).

Todos os planos e sonhos que as crianças ouviam de seus pais, as ambições e a dedicação para o trabalho, foram destruídos. O saudosismo da organização existente, de forma segura e planejada, revela, simbolicamente, as estruturas sociais hierarquizadas: a execução de obras realizadas à força pelo estado, em detrimento de pequenas comunidades locais. O simbólico aqui, para o qual gostaria de voltar minha atenção se traduz na maneira como os direitos são vistos e realizados pelos atores que se envolvem nessas relações conflituosas. Isto é, ‘como os

direitos são vividos e como ganham sentido as partes” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, P. 456)

1. Crítica situada no tempo.

Observar a cidade onde cresci sob uma ótica externa é um exercício duplamente difícil. Primeiro, em razão das conexões de afeto criadas ao longo da vida, as relações familiares e de amizade construídas, as experiências da infância e juventude, os marcadores da história e da percepção humana formada pelo que vivi e aprendi. Desconstruir o olhar direcionado a naturalizar determinados fatos e narrativas, postos como discurso único. Histórias e estórias contadas que são misturadas à realidade do percebido e experimentado, a gerar sentimentos ambíguos e confusos entre o que se sente, o que se vê o que é realidade não romantizada.

Segundo, pelo necessário reparo da miopia causada pela intervenção da extensão produção acadêmica eurocentrada, muitas vezes carregada de elementos trazidos de uma literatura distante da realidade, observada por narradores que não reconhecem determinadas singularidades. Não há nada de novo, mas ao mesmo tempo, tudo pertence somente àquele local: as vivências, os sentimentos múltiplos de dor, o sofrimento, alegrias, os risos, a ironia e a criação do imagético fundado na própria realidade.

Resgatar memórias exige um preparo de tempo, disponibilidade e abertura para o diálogo. Não é simples preparar as questões, o método de abordagem para alcançar consentimento e aprofundar o tema. Além disso, o registro da câmera pode assustar alguns. Nesses casos, a alternativa de caneta e papel para registrar e tentar escrever a história, dessa vez contada pelos moradores.

A primeira abordagem de contatar os atores das narrativas, exige volição e tato para explicar as razões que o faz relevante: é preciso contar e escrever a sua história, pois eles – o governo – contam outra versão. Assim, inicia o processo de confiança entre entrevistadora e entrevistados, em perguntadora e perguntados. Abrir as portas de casa e encontrar espaço para conversar sobre assunto de tamanha afetividade, gera em alguns momentos, desconforto e insegurança. Mais uma vez, o assunto assombra. É possível sentir o frio na espinha, o constrangimento, a mágoa, a raiva: sempre disfarçados pela naturalidade de contar histórias – o que todos sabem fazer – entregues pela tristeza escancarada nos olhos que não permite disfarces.

Vocabulários distintos também são uma barreira a ser quebrada. Nem sempre a pergunta é elaborada da forma mais inteligente para os entrevistados, que por vezes foram incompreendidos e pacientemente repetiam, de outro modo, o que tentavam dizer. O risco que isso causa, é de por vezes cair em “deixar pra lá” ou “é isso mesmo”, sobre aquilo que não se quer repetir.

A expectativa das entrevistas e suas respostas não são as mesmas entre entrevistadora e entrevistados. As interpretações e consequências dos fatos narrados são analisadas sob uma ótica diferente – seja pelo distanciamento, pela ausência da experiência sofrida na pele, ou ainda pelo acesso à certas informações que dimensionam e explicam os acontecimentos. O escrutínio da cabeça aos pés, em uma busca de compreensão sobre o que sentiram e perceberam, exprimem a tentativa de calçar seus sapatos e refazer o mesmo caminho percorrido por eles.

Sentimentos expressados através do choro, a emoção das risadas, as interrupções nos pequenos gestos, as reações são as palavras da memória, a respiração profunda em busca do controle da emoção: nada disso é uma coisa só, possui múltiplos significados. Diversos “nós” se revelam no emaranhado de sentimentos, de vivências, de acasos, e de tudo que nos tornamos, a partir dessas experiências compartilhadas.

A dor histórica foi impressa através da fala, da escrita e das filmagens documentadas². Garantir espaço de fala foi uma maneira de respeitar a alteridade, a existência, tornando-os não apenas visíveis, mas também vocalizados. Dar a palavra aos afetados, para recontarem a sua história, com suas reais experiências.

A preferência pelos moradores mais velhos deu-se em razão da vivência, para que pudessem compartilhar suas memórias, figurando em segundo plano relatos daqueles que ainda rebentos, mudaram-se nas boleias de caminhões, carregando seus pertences e ouvindo dos pais e avós como a vida seria, se não fosse aquela água. Estes, puderam ainda dizer como é a vida hoje, diante de todos os acontecimentos, entrelaçando camadas de narrativas que rememoram sentimentos, avaliações morais e políticas, imbuídas de sabedoria e prática do que foi experimentado.

As narrativas se misturam e se desestruturam entre os marcadores de gênero, classe e raça, rompendo com a lógica classificatória da qual a literatura acadêmica se dispõe a encaixar determinados grupos de sujeitos. O processo de escuta requer em certo momento, distanciamento de cientificidade, para ouvir o que as pessoas pretendem dizer a partir do tempo e do espaço que se situam e identificam, ainda que pareça contraditório. Em busca de encontrar

² O documentário audiovisual produzido em 2016, “Lá na Morada”, com relatos dos moradores sobre o processo da chegada das águas e suas experiências, figura como fonte subsidiária a este trabalho.

a autoidentificação dos sujeitos enquanto “atingidos por barragens”, “camponeses” ou “ribeirinhos”, arrisquei não os compreender e encobri-los, pois, muito embora tenham características entrelaçadas a determinados movimentos, não fizeram parte deles e não se reconhecem como tal.

2. O Antes.

Do alto das fazendas situadas em lugares de maior altitude, formadas por elevados montanhosos e campos largos dos cerrados narrados por Guimarães Rosa, dos chapadões de terra cobertos pelas plantações de milho, arroz, feijão e outros grãos plantados em férteis terrenos que compunham a paisagem até as partes niveladas às margens dos rios, viviam nos primórdios da construção da barragem, a minoria de fazendeiros mais abastados proprietários dos grandes latifúndios. Pouco estudados, mas sabendo ler e escrever, faziam parte da elite que controlava a economia e empregava uma maioria de trabalhadores braçais. Possuíam carros, gados, grandes glebas de terras, conseqüente fartura propulsora das liberdades de escolha dos investimentos: educação para os filhos, saúde, atividades comerciais.

Naquele tempo não havia escolas. Os professores eram trazidos de outras cidades para lecionar para os filhos dos fazendeiros, em salas improvisadas. Em maior idade, as filhas dos fazendeiros eram destinadas a sair para estudar em colégios internos e os filhos para os seminários, ainda que sem vocação para serem padres. Neste segundo caso, a intenção era oferecer boa educação, pratica usual até pouco tempo na cidade, agora restando como única opção para os menos abastados terem acesso a boas escolas.

Uma vida pacata, seja do alto das casas grandes ou das pequenas moradias de adobe, casas feitas de taipa e palha, conviviam fazendeiros e agregados, as sinhás e suas empregadas. Haviam os escravos, mas desses ninguém quis lembrar. Uma memória apagada, um não reconhecimento de histórias que assombram se tratadas como tal.

Predominantemente rural, o cotidiano era envolto os rios e animais, às pastagens e plantações, fontes de alimento, de trabalho e de renda. As notícias demoravam a chegar, as mensagens eram passadas por bilhetes, recados, e quando chegou a notícia vinda da cidade, de que uma barragem seria construída e a água do reservatório cobriria os vastos e longos espaços de terra, ninguém acreditou. Alguns diziam que cobriria tudo. Outros, que jamais alcançaria as casas e as terras férteis, uma vez que a distância percorria mais de mil quilômetros quadrados. Não era possível tamanha quantidade de água.

Dada a difícil dispersão das notícias, poucos foram os Moradenses presentes no ato de 15 de setembro de 1956. Naquele dia, na cidade de Corinto, foram autorizadas as obras para a construção da barragem, celebradas a partir de um discurso inaugural do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que prometeu àquele povo “que *as perturbações e os desequilíbrios que hoje conhecemos serão compensados devidamente pelo desenvolvimento de nossa pátria – tarefa que desafia todos os dias o nosso esforço que nos convida a um outro estilo de vida* (SOUZA, 2015, p.106)”

Os fazendeiros mais bem informados, ficaram apreensivos com a dimensão da obra anunciada. Perderiam muitas terras acumuladas ao longo de anos de trabalho. Os agregados, em contrapartida, não se preocupavam, pois não tinham dimensão do que estava por vir e sequer imaginavam que tamanha mudança pudesse ocorrer “*sem que ninguém soubesse*”. As informações e os diálogos não eram compartilhados entre todas as classes. De certo que as informações e posicionamentos eram sugeridas e disponibilizadas de acordo com os interesses de controle social.

Caso os trabalhadores tomassem a devida consciência sobre a chegada das águas, cinco anos antes, reformulariam suas vidas, organizariam suas mudanças, outros empregos, outros meios de sobrevivência. Causaria, entretanto, enorme prejuízo para os grandes latifundiários. Prejuízo este, muito maior do que o previsto, caso houvesse a dispersão e perda da mão de obra.

Assim como a narrativa dos órgãos oficiais e ainda, a partir da história contada no livro da historiadora da cidade, Adelaide dos Santos, não era possível uma obra daquela envergadura acontecer às escondidas. O prefeito da cidade já tinha conhecimento do planejamento federal e assim como os vereadores e os grandes fazendeiros, já havia uma articulação do poder municipal para angariar forças reivindicatórias.

A partir da década de 60, o governo iniciou o processo de aviso à população sobre as desapropriações. Em 10 de outubro de 1960, conforme relatos de João da Ambrosina, “*Chegaram em minha casa dois Oficiais de Justiça: Raimundo Sampaio e Toizinho do Couto, pedindo para eu assinar uma minuta, a chamada “contra-fé” da gleba do córrego Ingazeira. O preço da gleba não tinha nada a combinar, mas precisava da minha assinatura e da minha esposa*”. O boato já era fato e a água estava chegando.

No ano seguinte, no início de janeiro de 1961, uma aeronave sobrevoou a região com os panfletos emitidos pelo governo federal, ordenando que as pessoas deixassem suas terras, casas, pertences, fazendas, que a água iria inundar toda a cidade. As pessoas corriam risco, mas ainda assim, não acreditavam e não saíram. No final daquele mês já era possível identificar a

chegada de troncos de madeiras, móveis, que seguiam boiando pelas cabeceiras dos rios afluentes, como o rio Indaiá, que trazia em suas correntes objetos e utensílios das primeiras fazendas cobertas pelas águas.

Contudo, numa cidade de cerca de 15-20 mil habitantes, a representatividade política é ínfima se comparada à notificação da massa. A parcela sobrevivente mais atingida não tinha noção alguma do que estaria por vir, restou mais que claro no decorrer das entrevistas. O desastre não foi somente estrutural, mas psicológico e emocional. A surpresa impediu preparação, organização e proteção das famílias menos abastadas.

Um novo formato de vida iniciava daquela época em diante. Não somente em Morada Nova de Minas mas em todo o Brasil, um movimento crescente dos centros urbanos e a redução dos espaços rurais. Nas fazendas, a única possibilidade de continuação da vida das pessoas era a mudança para a sede da cidade, urbana e sem empregos, mas próxima das autoridades políticas.

As obras duraram cerca de 5 anos e é preciso lembrar, que à época, não se sabia do projeto e sua abrangência, dos estudos de impactos, do preparo e da possível existência de políticas públicas que seriam adotadas pelo governo federal. Percebeu-se depois, que o foco era somente crescimento econômico.

A visão dos governantes municipais diante do tamanho dos problemas socioambientais que acompanharam o desastre, registra-se na preocupação com os detalhes: pleitearam hospital, ginásio, estradas e indenização (SANTOS, 2009, p.51). A consequência disso, foi uma verdadeira migração humana forçada, perda de força de trabalho, empobrecimento, especulação imobiliária e um prejuízo sem precedentes na história, dentre todos os municípios locais que foram atingidos.

A cidade, antes, gerava empregos e a economia estava em crescente ascensão. A irrigação não requeria pivôs, a diversidade de peixes de água corrente era farta e haviam muitas terras próximas ao rio para cultivo de grãos e criação de gado. Plantava-se tanto que perdia insumo, por não ter para onde exportar. Relatos de excedente e fartura brilham nos olhos de quem fala do passado.

Trabalhadoras rurais exprimem pontos divergentes sobre o fato de terem à época uma vida muito miserável, por dependerem de fazendeiros rigorosos e exploradores, e, após a chegada das águas, anos depois, sentiram uma expressiva melhora na vida, através do acesso a bens de consumo e alimentos que antes não vislumbravam ter. Há ainda, o argumento de que para os pescadores foi bom, e que a construção da barragem teria aumentado a fartura de peixes,

numa contradição lógica de peixes que vivem em água corrente, para os peixes que passam a disputar território em espaço restrito das águas barradas e paradas.

A cidade que possuía gerador de energia elétrica próprio, volta ao uso das lamparinas e as ruas, cheias de barro, passam a ter acesso restrito do uso da água encanada com hora e dia certo para abrir e assim ser usufruída pelos moradores mais pobres. O resgate da autonomia da cidade ainda não havia acontecido. A partir da década de 70 a energia elétrica produzida pela barragem chegou aos moradores, balsas foram concedidas pela União, mas até hoje, a gestão do transporte é motivo de tensão e disputa política. Em meio a isso, a população sai prejudicada: nesse sentido, nada mudou.

Sucedeu-se a disruptura das fazendas e lavouras. Os que conseguiram, retiraram cercas, desmontaram ranchos e colheram o que foi possível. Trabalhadores em canoas, retiravam os milhos dos roçados em tentativa de amenizar o prejuízo. Toneladas de madeiras, gerador de energia municipal, aterros e vilarejos cobertos por água. Moradores ilhados, sem comunicação, desesperados em cima de suas camas, alguns retirados pela polícia local ou resgatados por amigos e familiares, desesperados em salvar vidas.

Depreende-se dos relatos que a classe privilegiada tinha dimensão sobre os fatos e ainda, que a assertividade nos diálogos com os agregados, daria-lhe também esse conhecimento. Mas a classe trabalhadora não foi devidamente informada. O desconhecimento e a ignorância sobre a realidade que lhes aguardava, é parte da divisão de classes, da segregação de direitos dos trabalhadores, da insignificância das vidas dos mais pobres, enfim, um projeto que não insere a todos em um mesmo patamar de importância. Alienados, estavam inseridos numa relação hierarquizada. De maneira então, que “ninguém acreditava” – ou não podia acreditar – que aquela água toda alcançaria as partes mais baixas, obrigando muitos a sair, perder seus cultivos, plantações e animais.

Alguns fazendeiros não se viram obrigados a sair de suas terras – extensas o suficiente para perder de vista. Eles tiveram prejuízos, mas ainda restava muito espaço para trabalhar. O gado precisou ser vendido, perdeu-se muita plantação e perderam mão de obra dos que tiveram que ir embora. Mas o impacto cotidiano não foi severamente afetado em razão do acúmulo realizado pelo trabalho – potencializado pelos agregados³ – que gerou uma margem de segurança para o prejuízo, sem que a vida fosse definitivamente afetada.

³ A palavra “agregado” simboliza o empréstimo da terra para cultivo aos não proprietários, em troca do lucro dividido nas plantações ou ainda, prestações de serviços nas terras de terceiros. Comumente, os agregados se estabeleciam com suas famílias naquelas terras, passando a depender das decisões dos latifundiários.

3. O Durante.

Ao longo da ocupação da água sobre as terras, haviam proprietários que, embora não tivessem suas casas cobertas pelas águas, optaram por demolir e reconstruir suas casas, aproveitando as madeiras e o material usado na construção, ao perceberem todo o fluxo de mudanças para a sede. Passados alguns meses da água estabelecida na terra e todas as mudanças ocasionadas em razão desta, reconstruíram suas casas tomada maior distância da água, mas ainda nas fazendas – apesar de saber do risco que essa água poderia subir mais.

Os agregados, em contrapartida, encontraram-se sob a escolha de morrer ou mudar. Sem terra para plantar, sem casa para morar, ao passo que a cidade foi repentinamente repartida em ilhas, não tinham para onde ir e em meio a toda correria, tentavam salvar seus pertences, os móveis, os animais, as plantações, madeiras, cercas, e enfim, salvar suas vidas. Instaurada a celeuma, a pressa e o desespero para ajudar nas mudanças, salvar os que estavam ilhados com suas famílias, uma maioria sem recursos, sem barcos ou charretes nem carros de boi, era resgatado. Nas saídas, ao olhar para trás, já não era possível visualizara as rodas dos caminhões, pela fugaz chegada da água.

Em outra fazenda, onde buscaram salvar os porcos e os milhos, chegaram tarde e o paiol já estava coberto d'água. Muitos desses resgates obrigavam as pessoas a passar a noite nas ilhotas que se formavam, para atravessar a água no dia seguinte. Naquela circunstância, ao levantarem para a saída, perceberam animais mortos, como o recorrente caso da porca procriadora atacada por uma cobra. O desequilíbrio ambiental estava instaurado, junto ao processo de perdas materiais.

Somado a isso, as viagens longas, promovidas com pequeninos barcos de resgate que não comportavam muito peso. As pessoas sentiam a limitação de não conseguir ajudar mais, diante de tamanha catástrofe. Era preciso selecionar o que fosse mais valioso para carregar: um animal mais gordo, uma carga mais valiosa, de difícil escolha para os proprietários dos bens, especialmente pelo reconhecimento dos tempos difíceis que estavam começando.

O governo distribuiu canoas para auxiliar. Estima-se que cerca de cinquenta pequenas canoas foram distribuídas para levar os pertences e alguns animais que seriam vendidos, a um baixíssimo preço, na região mais próxima da barragem, onde estavam os loteamentos dos funcionários que construíram o empreendimento. As pessoas só aceitaram vender suas terras restantes após assistirem a água cobrir casas, com as mobílias boiando, razão suficiente para crer no que estava acontecendo.

As paisagens antes admiradas, foram alteradas, desmanchados os territórios, famílias e fazendas, em um contínuo e escabroso conflito de ressignificados históricos ao longo das décadas, marcadas para sempre em uma geração de construções interrompidas, traídas pelas águas que irresistivelmente roubaram-lhe a terra. Muitos fazendeiros recusaram-se a vender suas terras, preferiram deixá-las debaixo d'água, tamanho desgosto causado.

A este ponto, agregados e fazendeiros se encontram: o sentimento de perda e vilipêndio da terra, causou a depressão e o perturbo dos dias difíceis que estariam por vir. O rio que nasce na serra da canastra foi cortado e alcançou quem jamais imaginava perder tudo que havia construído, da noite para o dia. Discursos permeados de metáforas atenuam a dor e tornam possível a narrativa de trajetórias ainda aterrorizantes, apesar de todos os anos passados.

O barulho das madeiras, das cercas desmanchadas que batiam nas carroceiras dos caminhões a reboca-las, revela os trajetos das mudanças estruturais nas camadas inferiores da sociedade. De outro lado, da janela das casas, as esposas dos fazendeiros assistiam as famílias de agregados organizar a partida levando seus filhos, suas roupas e a quantidade de alimento que conseguiram carregar. O horizonte era aquele momento, não havia expectativa sobre o amanhã. A terra permaneceria ali, mas agora já não era a mesma, desaparecida em vários pontos, era atravessada sob rudimentares barcos improvisados em tábuas de madeira ostentadas sobre quatro tambores, em uma artesanal opção de resgate.

A travessia é composta pelo desdobramento de estradas de terra que levaram os agregados rumo à nova vida em algum lugar distante, num recomeço incerto meio a intenção de encontrar trabalho, de reconstruir suas casas e quem sabe, um novo espaço socioafetivo, improvável de ser pensado à época. Na memória, estava entranhado o lugar de onde jamais haviam saído e talvez, nunca mais pudessem voltar. A lembrança das pessoas que não voltariam a ver e as histórias que já não fariam mais sentido contar. Revestidos da resiliência que sequer imaginavam ter, o pensamento mirava um único objetivo: sobrevivência.

Os caminhões que transportavam as famílias no trânsito para outras cidades, faziam “*viagens que duravam dias*”, pelo olhar das crianças que saíam pela primeira vez da terra onde nasceram. Em seus relatos, o sentimento pueril de uma viagem que parecia não ter fim e embora o tempo real de sua duração fosse menos de um dia, era tão exaustiva, lenta e longa, que ainda hoje ao recordar, traz a sensação de que foram dias e mais dias de viagem.

As memórias infantis também ouvem o barulho alto do estrondo da água chegando. Dada a novidade de tantos acontecimentos, muitos adultos confundiam o barulho com a expectativa de chuva, muitas vezes celebrada como parte do processo vital das plantações,

frustrada rapidamente pela realidade ao constatarem que o som na verdade, vinha da água represada e de tudo que ela atravessava, desde os barrancos que iam se desfazendo pelo caminho às madeiras e fazendas desmanchadas as suas cercas, paióis e currais.

Enquanto isso, na sede da cidade, restaram poucos moradores. Alguns agregados com relação de maior proximidade com os grandes proprietários, puderam permanecer, o que não significa que foi mais fácil. A reestruturação da cidade exigiu também a reestruturação individual: novos empregos, novas funções. A mudança diária diante de todas as novidades, o apoio a todas as famílias que careciam sair, eram suportados pelos que ficaram e possuíam recursos automobilísticos, além de barcos que foram postos à disposição por tentar, minimamente, reestabelecer a ordem dos espaços.

Várias ilhas se formaram transformando a geográfica das terras submersas. A escolha das palavras escolhidas para responder às entrevistas, alterna-se a depender da idade, grau de instrução e acesso às informações, afetação e alteração da própria rotina, gênero e classe social. Há os que associam tamanha tragédia, a justificativa embasada em elementos climáticos não controláveis. O alarmante pluviométrico seria a causa do “improviso” da célere chegada das águas. De modo que a cada centímetro de água que subia, a medida era triplicada porque chovia dia e noite, “*em um inverno grosso que enchia das casas ao espraiado*”, recursos linguísticos escolhidos pelos entrevistados para apresentar o decadente contexto de destruição.

Retrocederam em benefícios que custaram a alcançar: voltaram a usar lamparina, perderam acesso aos demais municípios e permaneceram ilhados. A dor causada por cada vereda encoberta era alcançada pelo olhar diário dos sertanejos que permaneceram, lembrando de cada benfeitoria perdida. Olhar para aquele novo mundo de águas, era reviver todos os dias a memória da vida no passado.

Pensar nos amigos e familiares que se mudaram. Rememorar as confraternizações e os momentos coletivos, típicos da vida partilhada no meio rural, desde as plantações e as colheitas, o preparo dos alimentos nas largas cozinhas, o cuidado com os animais, as festividades religiosas. Os caminhos tornaram-se mais longos e tortuosos, e ilhadas, as famílias ficaram divididas, desoladas, passam a se ver com menor frequência, criando uma travessia torturante e longa, como jamais poderia ser imaginada.

O “mar de Minas” brotou no cerrado. Subiu “*como o leite fervendo*”, no dizer do Moradense que carrega no riso a ironia para explicar a pressa com que recolhiam os milhos na lavoura, de dentro de um barquinho. A pressa, o desespero ou o medo, são substituídos pelo riso, reconhecida aceitação dos fatos acontecidos há tanto tempo atrás, que já não faz mais parte

da realidade. Para ele, passou. Desassociado do passado, seguiu a vida, construiu sua história sem discurso de grande lamento. Mas essa não é uma história linear e única. Os relatos são múltiplos, complexos e plurais, divergindo em suas narrativas o espaço, o tempo e a informação.

A distância das fazendas, formava pequenos grupos de convívio, uma das possíveis razões que explica, ou justifica tamanho desencontro nas informações e as diferentes percepções sobre o que aconteceu, como aconteceu e o que de fato, foi considerado violação de direitos. A montagem de pensamentos sobre a percepção de um governo justo, trazidas em frases como “*se o governo fez, era porque precisava*”, estão presentes ainda hoje. Apesar da crença no Estado, a força e a energia pessoal foi embora junto com a mudança. Não conseguiram lutar contra os fatos, não possuíam recursos para pleitear direitos que sequer identificavam como violados. Muitos não sabiam ler e escrever, não dispunham de recursos econômicos e a hipótese de contratar alguém que pudesse falar por eles, não era vislumbrada.

Algumas crianças carregavam alegria no último aceno de despedida. Não percebiam o que estava acontecendo e para eles, podia ser uma divertida viagem, um novo lugar a ser descoberto. Apesar disso, o registro da sensibilidade em captar pelos olhares dos pais a presença do que mais fazia falta. Uma tristeza jamais vivenciada, impossível de esconder. A fantasiada brincadeira da viagem imaginada, era tomada de sobressaltos de realidade pelo medo e pela insegurança estampadas nos rostos adultos. Imersos em rudimentares expressões de sentimento, assisti-los aos prantos era motivo suficiente para um pânico. Não era possível fazer nada que amenizasse o sentimento de solidão, abandono e profundo cansaço. A impotência e fracasso marcou a identidade de muitas crianças e jovens que compartilharam essa experiência, a partir do reconhecimento e das percepções construídas ao longo da história vivida. Apesar da fragilidade, não houve muitas reflexões sobre a brutalidade como ocorreu. Apenas aconteceu.

As pessoas migraram para as cidades menos distantes, em sua grande maioria para o município de Unai, seguido pela escolha de João Pinheiro e Três Marias – que em 1963 se torna comarca e passa a perceber os maiores valores de investimento em razão de abrigar em seu território, a barragem e a UHE. A barragem foi construída do outro lado do rio, a partir de Morada. Especula-se que se construída do lado de Morada, os impactos negativos seriam menores, uma vez que a cidade de Três Marias não existia, representado o local pelo pequeno povoado de Barreiro Grande.

4. O Depois.

Encorajados relatos abrem feridas não cicatrizadas, mas protegidas por uma máscara da força humana investida na sobrevivência. Havia urgência no presente, em empreender o esforço de reerguerem-se em tempos obscuros, sob o sentimento coletivo de derrota, somados à depressão que assolou uma geração. Os sentimentos guardados pela ausência de escolha, restava a iminência de recomeçar.

Melancolia, pobreza, fome, isolamento, perda dos familiares que morreram ou que partiram, formou o cenário do recomeço, em meio à bucólica cidade que precisava ser reconstruída. A igreja, monumento de grande importância para a comunidade extremamente religiosa, ficou de costas para a cidade, num sinal de que até Deus havia lhes virado às costas. O padre foi embora. Mas nem isso fez o povo perder a fé. Ainda hoje, procissões, coroações, festa da padroeira acompanhada de diversas outras festividades de santos marcam datas comemorativas no calendário local, em reverência à religiosidade e conexão com a Igreja Católica, presença expressiva na cidade e seus povoados.

A partir da modificação dos cenários e dos aspectos naturais, a desordem na fauna gerou o desequilíbrio ambiental com a infestação de insetos que passam a ocupar as casas. A alteração de habitat naturais de determinadas espécies em busca de sobrevivência foi registrada pela invasão de cobras nas casas, tornando o cenário inseguro e mais rudimentar possível. A percepção sobre a natureza e seu desequilíbrio é forjada na vivência do campo, da observação e respeito por ela, desde a piracema, acompanhada pela observação e manutenção dos ciclos naturais das águas correntes dos rios.

O isolamento causado pelas estradas fechadas que impediam passagens, trouxe a solidão dos sertanejos em meio a imensidão das águas e à redução das pessoas. As ruas vazias, a cidade que antes tinha uma vida cultural rica em arte, música e danças folclóricas, estava silenciosa, parada. A interrupção do crescimento da cidade, da autonomia e da liberdade, gerou indignação também naqueles que não moravam lá, mas compartilhavam do sofrimento de perceberem seus familiares ilhados, isolados e ainda, pelo difícil acesso que teriam para revê-los.

A permanência em um incipiente e novo meio de vida, em um estado de espera infindável por ajuda, marca da percepção subjetiva do sofrimento: o que para uns era inaceitável, para outros, “é a vida”. Justifica-se que para o progresso de uma maioria, era preciso sacrificar uma minoria, em uma dolorosa retórica infindável que acompanha os diversos

quilômetros das estradas de terras de acesso às balsas, símbolo de aceitação do novo meio de vida nas travessias do sertão.

Injusto seria, comparar o sofrimento de quem ficou com o de quem partiu. Aos que partiram, a eterna ausência de tudo que foi construído, as memórias, as redes sociais, afetivas e culturais, da paisagem, do cheiro, da natureza. Enquanto aos que ficaram, restou as transformações e reduções de espaços, as ausências, a lembrança diária do que causava dor, medo e angústia.

A tensão estava implícita no cotidiano. A tentativa de seguir vivenciando um dia após o outro e adaptar-se ao novo cenário, apresentava desafios: o obrigatório contato com a água, realizado a partir das travessias, gerava o enfrentamento a transcender qualquer limitação e resistência. Reservadas inaptidões para sobreviver à água a nado, traçava a tônica do significado de respeito vigente perante os mais velhos, a partir da confiança em sua experiência de vida e em sua sabedoria. O isolamento em uma formação peninsular, gerava a sensação de abandono em um deserto formado no meio do estado de Minas Gerais.

Devida à precariedade dos meios de comunicação, as notícias veiculadas nos jornais da capital, sobre a chegada das águas em Morada, causou comoção nos familiares que viviam longe. Houve quem alugasse avião de pequeno porte para chegar até a ilha, em um sobressalto temeroso de encontrar os familiares mortos, ou pior, na expectativa de sequer conseguir enterramentos, caso não encontrassem os corpos submersos. Os dias que antecederam a viagem foram de luto. Ao sobrevoar a área e desembarcarem, a surpresa em encontrar todos os familiares vivos: algo impensado pela forma como a notícia foi propagada. Perguntavam-se insistentemente como era possível uma obra realizada pelo governo federal não se preocupar com uma cidade inteira, deixando as pessoas abandonadas à própria sorte, em um jogo de salve-se quem puder.

Não houve uma postura emancipatória por parte do governo, e, apesar dos moradores que ficaram terem aprendido a viver com a água e inclusive, gerar economia através dela, resquícios significativos reverberam a tensão jurídica sobre o passivo socioambiental criado a partir da construção da barragem. Grande parte da população que mudou para estudar, cresceu profissionalmente não se mobilizou politicamente, ou insurgiu-se diante dos retrocessos da cidade e o passivo social coletivo.

Pensar nas indenizações e mitigação dos impactos, através de políticas públicas, ainda é interpretado de modo individual quando o assunto é aclamado. Compreende-se dos fatos, que alguns perceberam indenização, outros não. Justa ou injusta, associada aos demais problemas oriundos desta tragédia, são vistos de maneira turva e individualizada.

A bifurcação das narrativas é fruto do lugar de onde se vê: a classe trabalhadora braçal, em uma visão dilatada sobre o todo, interpreta a vida como ela é: complexa, dura e plural. As narrativas apresentam-se com clareza sobre o local de fala, a ausência de recursos e carência do suporte dos políticos e fazendeiros. A transparência e a riqueza dos detalhes, salientam o sofrimento atenuado pelas risadas e deboches a respeito da própria miséria, num misto de sabedoria entregue ao flagelo de uma vida ausente de escolhas.

Entre os abastados, de outro modo, uma visão horizontalizada: do alto de suas casas, assistiam caminhões indo embora levando os agregados, suas famílias e seus pertences. A prejuízo era proporcional à realidade de cada grupo afeto diante dos recursos que provinham: aos que tinham pouca ou nenhuma terra, restou mudar. Aos que tinham mais, vender e capitalizar recursos para manter o padrão de vida, e garantir aos filhos um futuro promissor.

Nas casas, a simplicidade diversificada: algumas casas com chão de cimento duro, sem azulejos, pintura ou muito espaço. Outras, cobertas por varandas enormes e azulejos reluzentes, lavados diariamente com água para tirar a poeira das estradas que invadem a cidade. As cozinhas ocupam os maiores cômodos das casas, independentemente do tamanho do todo. É lá que as famílias se reúnem para o preparo dos alimentos, para as conversas importantes, as brigas e também as rezas. Sempre uma novena passa acompanhada de uma santa, que recebe os vizinhos para contemplar os seus milagres. Panelas à vista, comida na mesa, uma fruta, um doce. A fartura alimentar é inversa ao tamanho da casa, numa receptividade aconchegante com histórias minimizadas, ainda que de grandes feitos. Onça caçada no laço é fato comum, por mais auspicioso que pareça. As fotos exibidas na sala estão lá para provar. Por menos ambicioso que seja o contador da história, a imagem não deixa dúvidas sobre a coragem para enfrentar o felino que atacava o gado. Nos pés, sandálias de dedo feitas de borracha. Calças de linho, blusas de botão, sempre bem passadas e limpas. O bigode de fios amarelos revela a dedicação cotidiana pelo fumo de rolo.

A modéstia das narrativas e a crença atual de que tudo que fazem é pouco guardar resquício no passado, impacto na autoestima e na força dos atributos físicos, psíquicos e intelectuais do que poderiam ou deveriam ter feito para impedir a forma como tudo aconteceu. A derrota, a violência e a derrocada da sociedade deixaram marcas, alienando e amedrontando grupos que se vocalizados, poderiam ter tido outra realidade. Os moradores não acreditam ser capazes de mudar algo na história. Sentem-se apequenados, reduzidos e inseguros sobre identidade, geografia, história e motivação individual e coletiva.

A sabedoria advinda da experiência e dos saberes empíricos passados de geração em geração, impressiona e conflita com a busca por respostas. O distanciamento e a falta de sensibilidade nos processos de escuta, geram inquietações impertinentes e agudas por respostas que não seriam possíveis encontrar. Como é ser ribeirinho? Atingido por barragem? Porque não se reuniram, não se mobilizaram em prol de melhorias e luta por direitos?? Essas perguntas não foram respondidas e muitos não entendiam o porquê delas.

A inquietação traz origem na minha experiência de vida, nascida mais de 30 anos depois de serem afetados, num momento em que as pessoas sequer querem falar sobre isso. Para eles, doeu muito, mas passou. Não há esperanças a não ser a de que os filhos saiam para estudar. Essa sim é a expectativa de acesso que a maioria tem. Que busquem fora os recursos que não encontram. Para eles, liberdades reais de acesso à educação, saúde, trabalho e cultura, não serão escolhas para quem está ali.

O tímido choro em meio aos roçados próximos das casas, o barulho das vacas ao fundo, as galinhas que ciscavam por perto, soltas em meio ao quintal, os pássaros que voavam, acentua o quão indissociável é o homem da natureza e como eles figuram como parte de um quadro que não pode ser pintado de maneira distinta. A relação com os animais é próxima e menos idealizada que em contextos anteriores.

Toda casa tem algum tipo de animal: vacas, cavalos, porcos, galinhas, vivem nos quintais, estão próximos às portas das cozinhas, algumas casas com pequenos currais em suas varandas. O cheiro do café se mistura com o cheiro das hortas frescas e fartas. Tudo isso é tão real e intrínseco, quanto distante da tecnologia. Os entrevistados, em sua maioria, não dominam uso de celular, não pediam para registrar fotos e pouco se importavam com suas imagens na câmera ao serem entrevistados e filmados, exceto pela timidez de alguns.

Uma satisfação não vaidosa, uma alegria genuína por se perceberem respeitados em sua história, lembrados em serem ouvidos. O interesse em retribuir e em agradecer era nítido na oferta dos quitutes e frutas frescas, nos elogios e na escolha do pronome de tratamento para responder às inúmeras perguntas que eles sequer faziam ideia prévia, apenas respondiam o que sabiam, inseguros se estavam respondendo a coisa certa.

O que é estória fora, dentro é história. As casas construídas pelos braços dos próprios moradores, em seus lotes comprados com suor de dias e dias de trabalho, reforçam a ideia do que é real e do que é imaginado. Os direitos, ditados pelos homens “de lá”, pouco alcançam aqueles senhores de bicicleta que carregam nelas, as suas ferramentas de trabalho: enxadas, varas de pescar, caixas de ferramenta. As mulheres com as latas d’água na cabeça, trouxas

pesadas de roupas para lavar. Essa é a história que sabem dizer porque essa é vida vivida. Nestas traduções, observei narrativas construídas em meio a uma realidade que eu mesma desconhecia: a resiliência, a força e a coragem de reerguer casas, construções e plantações cobertas pelas águas.

Uma realidade dura, sofrida e cruel para muitos. Trabalhadores braçais com experiência de anos na lavoura, na criação de gado, desempregados da noite para o dia. Sem expectativas, sem oportunidades, sem comida e sem ter onde morar. Contraditório, são os mais pobres os mais alegres, mais conformados e dispostos a reconstruir suas histórias, suas carreiras e reinventar-se em tarefas antes não imaginadas. Aqueles que pude entrevistar e permaneceram na cidade, buscaram meio de vida que os deixasse ficar. Uma população que vivia em sua maioria no meio rural, ocupou a cidade e um novo formato urbano se formou com casinhas pequenas, simples, algumas sem quintal, outras às margens da represa recém-formada. A fotografia dessas casas remetia à insegurança da subida das águas, inconstantes pelo volume de chuva ou pela alteração do fluxo liberado pela barragem. O medo diário de acordar submerso por elas é constante. Se uma vez não acreditavam que a água chegaria e chegou, por que não aconteceria novamente?

“No início, nós ficamos desesperados. Uma sensação muito ruim quando encheu. Não tinha nada bom, não víamos nada de bom naquilo. Só coisa triste. A mamãe mesmo ficou desesperada.”

As formas de produzir foram interrompidas, o que causou imediata transformação no cotidiano. A ordem era existir. O dia seguinte trazia desafios impensados na noite anterior. As demandas passaram por períodos de contingência jamais vislumbradas.

Uns morreram de desgosto. Outros sofreram. A perda não era apenas material. Anos de trabalho, construção de laços, sociabilidade, afetos, sucumbiram ao maior desastre vivido pela cidade. A memória resgata a humilhação e o sofrimento de lembrar dos pertences debaixo d'água. Espaços e objetos compartilhados pelas famílias, foram preenchidos por ausências e vazios, solidão, medo e desamparo. A recordação dos tachos e gamelas onde se faziam os doces, dos bancos de madeira artesanais cobertos com pele de gado, os chifres de boi que serviram de berrante e ornamento nas paredes. Nenhuma memória restou além da morte de tudo aquilo que foi construído e vivido.

Para outros, a maioria, migrar era única opção. Caminhões e caminhões de mudança despejaram vidas. A prefeitura se mobilizou para esse deslocamento. Fazendeiros e

peças mais próximas se ajudavam mutuamente. Pessoas, objetos, móveis, até animais. Alguns bens materiais foram salvos dentre tantos perdidos, mas a história nunca mais seria a mesma.

Estradas tomadas pelas águas, um novo meio de transporte surgiu; os barquinhos de quatro tambores, enfrentavam o assustador volume de água. Muitas pessoas não sabiam nadar, especialmente as mulheres. Não sabiam como lidar com tamanha proximidade com a água que de repente, se torna realidade, criando um novo mundo que aterrorizava pela ausência de recursos. Não havia passagem de terra em lugar algum. Os caminhos, antes feitos à cavalo, não existem mais. Até estes precisavam passar a nado na represa. A novidade veio acompanhada de medo, insegurança e dependência. Primeiro, uns dos outros. Hoje, a dependência do Estado.

“As diferenças entre as duas etapas são enormes. Antigamente, antes da chegada das águas, nós vamos ver uma cidade impulsionada por progresso. Muito dinâmica com as plantações, muito acentuada a economia. E depois das águas, uma decadência absurda. Uma época em que o povo perdeu a autoestima e era muito sofrido, sem ânimo para novas construções novos projetos, entendeu?”

A dicotomia dos discursos justifica-se pelas classes burguesa e trabalhadora. Enquanto os trabalhadores estavam desesperados e precisavam se mudar, sem saber para onde, alguns poucos proprietários de grandes latifúndios não sentiram tanto o impacto da nova realidade assistida. Se para alguns, o verbo era “acabou”, outros sentiram que “apenas mudou”. E essa tônica é ainda hoje acentuada no país, se uma maioria pobre sofre as consequências que são amenizadas até chegar aos mais abastados.

A partir da divisão de classes e da ausência de percepção coletiva de vida local, o pleiteio por indenização de lá para cá, sempre tiveram uma visão individual de propriedade de terra. A revolta e a briga aconteceram somente na esfera privada: brigou-se por indenização das terras que ficaram debaixo d’água. Mas não foram encontradas narrativas que situasse uma visão de perda coletiva de direitos, em qualquer de seus aspectos.

Aspectos como a perda da liberdade de ir e vir de todos os moradores ilhados; a migração humana forçada, o empobrecimento coletivo; a perda da recursos naturais e ambiental com a redução da fauna e da flora; o apagamento cultural; a ausência de participação nos processos decisórios, nada disso foi encontrado nas entrevistas, enquanto coletividade. A cidade é vista pelos moradores, como um lugar. Mas as consequências e as benesses de cada um, é individualizada.

“O povo era muito tranquilo e aceitava tudo com muita tranquilidade. Mas as melhores terras foram perdidas. Mas o pessoal que entrou na justiça ou não recebeu ou recebeu porcaria”.

Os processos indenizatórios demoraram anos e anos para acontecer. Dentre os que aconteceram, que segundo relatos foram poucos. Houve quem concordou com o preço da indenização e até hoje está sem receber. Dentre os motivos, afirmam que a dificuldade de contato com os advogados – todos de outras cidades – dispersava o acesso para receberem informações, acordar ou mesmo receber os valores em espécie.

Associam o não recebimento das indenizações, ao período de inflação que o país estaria vivendo. O alto custo para construir Brasília, o alto investimento em projetos de estradas e tantos outros, não teria deixado crédito à União para pagamento das indenizações. Esses e outros motivos são os que justificam, para alguns dos entrevistados, os motivos da ausência de receberem os valores.

“Naquela época a água foi o nosso desastre. Mas de forma que Morada Nova levantou em decorrência da água. Porque a água hoje, é o grande vetor de desenvolvimento de Morada. Porque temos irrigação, mais de 6 mil hectares. A produção de tilápia em tanque rede é maior forma de emprego e desenvolvimento econômico nesse trabalho”.

Ao longo dos últimos 57 anos, a busca por melhorias não foi o suficiente para aumentar o número de habitantes reduzido desde aquela época. Nunca mais a cidade chegou a 10 mil habitantes – metade do que se estimava à época. Desde então, o pouco expressivo número de eleitores, gera a invisibilidade política local, dificultando o investimento por políticas públicas.

A dificuldade de locomoção pela necessidade de balsas restou como símbolo de sujeição e atraso. Desde àquela época políticos disputam votos sob a promessa de asfaltar as estradas e agora, surge uma nova demanda: a empresa que realizou o convênio para o transporte das balsas, nega-se a fazê-lo e está operando sob liminar judicial. Aos poucos, o povo volta a pagar uma conta que não é sua.

Uma das primeiras vitórias da cidade, foi conseguir a substituição das primeiras incipientes embarcações, por outras maiores e mais seguras. Elas transitavam em horário determinado e o meio de comunicação era através de rádio. Na tentativa de reconectar a sede do município com as comunidades rurais, um dos prefeitos construiu três aterros para emancipar aquelas comunidades que deixariam de depender de balsas.

Mas se antes, a água quase desertou a cidade, de 2001 para cá⁴ um novo cenário surgiu e a perspectiva econômica de uso da água cresceu com o incentivo à criação de tilápia

⁴ Tentativas de alavancar a economia local com o turismo da água não lograram êxito expressivo até o momento.

do Nilo em tanque rede. Atualmente mais de 250 pessoas estão empregadas diretamente à produção de tilápia em tanque rede e mais de 1000 indiretamente, num total de 26 estações de pisciculturas estabelecidas na região.

As narrativas repetem-se em discursos de medo, insegurança, ausência de recursos e muita esperança de que as fontes de recurso natural, agora não seque. Apesar da consciência de que podem ser atingidos e que a água deixaria de ser então, um resgate de cidadania, pensamentos formulados a partir da possível contaminação da água não foram verbalizados.

O foco das narrativas variou por aspectos afetivos, sociológicos, dando a tônica da fala seletiva e categorizada. Alguns demonstravam mais calma e conformismo, outros ainda eloquentes e raivosos, com expectativa de gerar incomodo e quem sabe, incomodar os acomodados. Num sentido mais amplo, remetem a represa ao atraso na modernização e crescimento. A terra, o gado e as lavouras são os sustentáculos do progresso no discurso de alguns.

Outros, vislumbravam as possibilidades de exploração econômica como positivas, seja pelo turismo a ser explorado pela chegada das águas, a piscicultura, ou mesmo recursos de agricultura irrigada no cerrado – que apesar de caro – conta com espaços de terra disponíveis e mão de obra para o trabalho, num discurso otimista e claro, de alternativa diante dos fatos que o tempo não pode mudar. As entrevistas adicionam zonas de significação aos processos históricos referenciados e à situação do município e acrescentam elementos fundamentais, quais sejam percepção e informações sobre processos vividos ou narrados.

5. CODA

Sob uma perspectiva de registro teórico, amparada no conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, percebe-se que para sacrificar um modo de vida tradicional a fim de diminuir a pobreza ou saciar a fome, proteger o meio ambiente e aumentar a longevidade das pessoas, torna-se primordial a participação social em processos de decisão e implementação de ações públicas.

A ausência de diálogo sobre o curso dos acontecimentos que envolvem decisões e ações fundamentais sobre os meios coletivos de existência, deslegitimam e rompem expectativas de direitos. Conforme Sen, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nelas estão incluídas as diferentes escolhas, superadas as situações de

pobreza, autoritarismo e desigualdade. Sob a análise dos dados estatísticos que apresentam mostram elevado número de migração em busca de melhorias na situação de vida e abertura de possibilidades econômicas, associa-los às entrevistas confirma as informações, pelo menos em parte, e revelam a gramática de atuação excludente, desorganizada e pouco participativa do poder público.

Dentre as preocupações não está claro o conceito de liberdade como ferramenta do desenvolvimento, mas o poder desse conceito se apresenta com toda a sua força quando se percebe que alguns de seus traços encontram-se na cultura comum de quem vivencia desafios relacionados à desproteção, insegurança alimentar, pobreza, desigualdades sociais, não reconhecimento de direitos e ausência de mecanismo de participação em acontecimentos que afetam a vida do dia a dia.

A redução dos significados a partir do apagamento cultural cria novos sujeitos. Seja pela apatia ou alienação política, pela descrença nas instituições e no Estado, ou ainda pior, na identificação enquanto sujeitos de direitos. A dimensão da violência simbólica é tal que os sujeitos ao não se perceberem detentores de direitos, não buscam nem acessam a justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1944, p.197-221.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16 de abril de 2018.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico do Município de Morada Nova de Minas*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/morada-nova-de-minas> acessado em 23 de abril de 2018.

DAYRELL, Ilda de Oliveira. *Morada Nova de Minas e a Opinião Pública*. Belo Horizonte. 1968

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>> acessado em 08 de janeiro de 2019.

RIBEIRO, Mônica Thaís de Souza. Documentário LÁ NA MORADA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nSTN6Ci645I> acesso em: agosto 2019.

Editores-Chefes: Claudia Tannus Gurgel do Amaral e Emerson Affonso da Costa Moura

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade: tradução Laura Teixeira Motta: Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. FREIRE DE SOUZA, Érica B. C. Cartografias das subjetividades Brasileiras. IPEA. 2019.